

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018-PMC
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/ 2018-PMC

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - Menor Preço - Julgamento por Item

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para fazer seguro total em 19 (dezenove) veículos de propriedade do Município de Cabrobó, com assistência 24 horas e vigência de 12 (doze) meses, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Educação.

RECIBO DE EDITAL	
A Empresa _____,	CNPJ n.º _____
_____, retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo fax: (____) _____ telefone (____) _____.	
E-mail _____, aos _____ / _____ / _____	
_____ Nome legível e Assinatura Represente legal da Empresa	

É OBRIGATÓRIO O ENVIO DESTE RECIBO DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO À PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, ATRAVÉS DO E-MAIL LICITACABROBO@GMAIL.COM.

A Prefeitura Municipal de Cabrobó não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo.

Data da Entrega dos Envelopes: **10 de agosto de 2018**

Horário: **09h (nove horas da manhã)**

Local da Entrega dos Envelopes: **Rua 13 de maio, nº 340, Térreo, Centro, Cabrobó-PE.**

MUNICÍPIO DE CABROBÓ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018-PMC
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/ 2018-PMC

O Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco, e o(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 113/2018, declaram que se acha aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC**, do tipo "**menor preço por item**", objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para fazer seguro total em 19 (dezenove) veículos de propriedade do Município de Cabrobó, na forma abaixo.

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

I - Termo de Referência;

II - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;

III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

IV - Minuta de Contrato.

A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores.

A sessão pública de processamento do Pregão acontecerá no dia **10 de agosto de 2018**, às **09h (nove horas)**, na sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua 13 de maio, 340, Térreo, centro, Cabrobó (PE), e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), com auxílio da Equipe de Apoio, conforme Portaria acima citada.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Pregão consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para fazer seguro total em 19 (dezenove) veículos de propriedade do Município de Cabrobó, com assistência 24 horas e vigência de 12 (doze) meses, conforme demais especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

2. DOS ENVELOPES

2.1 Os envelopes contendo a **PROPOSTA** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão recebidos no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, em sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

2.2 As propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em dois envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC

Contratação de pessoa jurídica especializada para fazer seguro total em 19 (dezenove) veículos de propriedade do Município de Cabrobó.

[Nome do licitante]

[Endereço, telefone/fax do licitante]

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC

Contratação de pessoa jurídica especializada para fazer seguro total em 19 (dezenove) veículos de propriedade do Município de Cabrobó.

[Nome do licitante]

[Endereço, telefone/fax do licitante]

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente certame serão provenientes do **Município**, conforme a seguinte **Dotação Orçamentária**:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.11.11

PROJETO ATIVIDADE: 2867

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.69

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.2 Não poderão concorrer neste Pregão quaisquer licitantes que:

a) se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

b) estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura do Município, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) **Tratando-se de representante legal do licitante** - estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **Tratando-se de procurador do licitante** - instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para "*firmar declaração de pleno atendimento aos requisitos da habilitação, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame*". Referido instrumento de procuração deverá vir acompanhado de qualquer documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.2 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, devendo o mesmo identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.3 Os licitantes interessados em participar do certame que não apresentar nenhum dos documentos referidos no subitem 5.1 não poderão ofertar lances, manifestar intenção de

interposição de recurso ou praticar demais atos pertinentes ao certame. Será considerada como única oferta a constante na Proposta de Preços (envelope 01).

5.4 Todos os documentos referentes ao Credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação.

6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1 Em se tratando o licitante de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o mesmo deverá apresentar, no momento do Credenciamento, para que possa gozar do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, a seguinte documentação:

I – empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9.317/96:

- a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, **<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>**;
- b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

II – empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9317/96:

- a) balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) cópia do contrato social e suas alterações; e
- e) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

6.2 Toda a documentação relacionada no item 6.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser substituída por certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no Diário Oficial do dia 22/05/2007.

6.3 Todos os documentos referentes à comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de obtenção do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverão ser apresentados fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação.

7. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.1 O licitante deverá apresentar declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, podendo utilizar como modelo o estabelecido no ANEXO II deste Edital (Declaração de cumprimento das condições de Habilitação) ou, para o caso do licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o estabelecido no ANEXO III deste Edital.

7.2 Referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação. O licitante credenciado de acordo com o item 05 poderá elaborar a referida declaração no início da sessão.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, com folhas numeradas e rubricadas, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo representante legal do licitante.

8.2 A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) Razão Social e CNPJ, endereço, número de telefone/fax;
- b) Número do Processo Licitatório e do Pregão;
- c) O valor do Seguro por cada item que queira concorrer, a ser cobrado da Administração Pública Municipal e que deverá cobrir o risco dos veículos (casco), consoante valor estabelecido no Anexo I deste Edital - Termo de Referência;
- d) A Responsabilidade Civil Facultativa – RCF deverá ser no valor mínimo, por veículo, de:
 - Danos Corporais: **R\$ 100.000,00 (cem mil reais);**
 - Danos Materiais: **R\$ 100.000,00 (cem mil reais);**
- e) O valor da franquia obrigatória da seguradora (100%), em real e por veículo;
- f) O prazo de cobertura será para o período de 12 (doze) meses;
- g) Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo (100% da tabela FIPE);
- h) Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes;
- i) Assistência 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Distância mínima de 500 km contados a partir do local do evento, que necessite de tal atendimento;
- j) Cobertura de vidros;
- k) A cobertura compreenderá todo o território nacional.

8.3 Os preços são fixos e irredutíveis.

8.4 Prevalecerão, em casos de divergência entre preços totais e preços unitários, os valores ofertados como preços unitários, bem como em divergências entre os valores em algarismos e os valores por extenso, os valores por extenso.

8.5 Devem estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a execução do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos exigidos nos subitens a seguir poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas pela Comissão de Licitação, a partir do original, até às 12 horas do dia útil anterior à data marcada para sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas e a documentação. As cópias reprográficas ficarão retidas no processo.

9.2 Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações.

9.3 Para habilitação, serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), com situação ativa;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (Certidão Negativa de Débito - CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

h) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão de entrega e abertura dos envelopes de habilitação, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento;

i.a) Certidões que pesquisem apenas processos do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE, deverão vir acompanhadas de certidão de pesquisa de processos físicos.

j) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal);

k) Comprovação de que a pessoa que assinou a declaração exigida na alínea "j" deste item 9.3 tem poderes para tal;

l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.4 Todos os documentos exigidos no item 9.3 deverão constar no envelope de habilitação.

9.5 Os documentos referenciados na alínea "h" do item 9.3 não precisarão constar do envelope "Habilitação" se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão, desde que estejam em atendimento ao quanto disposto no item 9.1 deste Edital.

9.6 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

10.1 No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

10.2 Finalizado o credenciamento, não será mais admitido nenhum licitante ao certame.

10.3 Após o credenciamento, os licitantes entregarão ao(a) Pregoeiro(a) a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a Proposta de Preços (ENVELOPE Nº 01) e os Documentos de Habilitação (ENVELOPE Nº 02).

10.4 O(A) Pregoeiro(a) examinará, com auxílio da Equipe de Apoio, a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- c) Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível.

10.5 Durante os trabalhos de julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.

10.6 Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) Seleção das propostas com menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele;
- b) Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;
- c) No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio para definição da seqüência de lances, com a participação de todas as licitantes.

10.7 O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

10.8 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observados os critérios de redução mínima a serem estipulados durante o transcorrer da fase de lances pelo(a) Pregoeiro(a).

10.9 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. O(A) Pregoeiro(a) fará, então, a classificação das propostas dos licitantes que efetuarem lances ou não, na ordem crescente dos valores.

10.10 Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) verificará a existência de direito de preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, na forma dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, adotando-se os procedimentos a seguir delineados.

10.10.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

10.10.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

10.10.3 Verificado o empate na forma do subitem 10.10.2, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela até então de menor valor, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

10.10.4 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.10.5 Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem 10.10.3 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.10.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.10.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.10.2 deste Edital, será

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.10.7 Na hipótese da não-contratação de micro ou pequenas empresas nos termos previstos nos subitens 10.10.3 e 10.10.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço.

10.11 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, constante do processo, tendo como valor máximo admitido o constante no Termo de Referência para cada um dos itens.

10.12 O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

10.13 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

10.14 A verificação da habilitação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a).

10.15 Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do item.

10.16 Se a oferta não for aceitável, ou ainda, desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor do item.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Declarado o vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de recorrer, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

11.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo(a) Pregoeiro(a) ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

11.3 Interposto o recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

11.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

11.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 A adjudicação será feita por item.

12. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE PAGAMENTO

12.1 O Contratado deverá dar início à execução do objeto deste Pregão no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento de cada competente ordem de fornecimento expedida pela Administração Pública.

12.2 Cada ordem de fornecimento do objeto, emitida pela Administração Pública, terá o seu teor repassado para o Contratado por meio de telefone, através de formulário enviado por fac-símile (fax) ou pessoalmente, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 18h.

12.3 O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto licitado, após devidamente atestada a sua conformidade com o discriminado na respectiva Nota Fiscal pelo(a) Setor competente, e em consonância com a programação financeira do Município de Cabrobó.

12.4 O pagamento do fornecimento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recebimento definitivo do objeto, comprovada a manutenção das exigências de habilitação.

12.5 Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

12.6 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

12.7 O Proponente vencedor obriga-se a fornecer/executar o objeto deste Pregão em conformidade com as especificações descritas na sua Proposta, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações, ficando o Contratante com o direito de rejeitar o objeto nessas condições.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 O(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação terá(ão) vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado(s) nos termos da Lei nº 8.666/93.

14. DAS PENALIDADES

14.1 O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

14.2 Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência;

II - multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso no fornecimento/na prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não entregues;
- b) pela recusa em realizar o fornecimento/a prestação dos serviços, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do(s) bem(ns);
- c) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas dos produtos fornecidos/nos serviços prestados, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não substituídos/corrigidos;
- d) pela recusa da Contratada em corrigir as falhas no fornecimento/na prestação dos serviços, entendendo-se como recusa o fornecimento/serviço não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento/serviço rejeitado;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais 8.666/93 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no presente instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Contratante, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.3 Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

14.4 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

14.5 Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas às multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Caso o adjudicatário não compareça para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias corridos do recebimento do aviso da adjudicação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular, o Município poderá convocar, para substituir o licitante vencedor, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

15.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.3 O resultado do presente certame será divulgado no átrio da Prefeitura.

15.4 Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Sala do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio (sala da Comissão Permanente de Licitação), localizada na sede da Prefeitura do Município.

15.5 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

15.6 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.7 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

15.8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a).

15.9 O vencedor deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentadas na licitação.

15.10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

15.11 O edital poderá ser adquirido, sem ônus, no site oficial do município cujo endereço é www.cabrobo.pe.gov.br, bem como na sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, mediante apresentação de mídia digital (CD, Pen Drive e afins) cujo endereço consta do preâmbulo deste edital, local, aliás, onde serão prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste Pregão, estando o Pregoeiro e a Equipe de Apoio disponíveis para atendimento nos dias úteis, das 08:00 às 13:00 horas..

Cabrobó (PE), 26 de julho de 2018.

THIAGO LOPES QUIRINO

Pregoeiro(a) do Município

MUNICÍPIO DE CABROBÓ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018-PMC
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para fazer seguro total em 19 (dezenove) veículos de propriedade do Município de Cabrobó, com assistência 24 horas e vigência de 12 (doze) meses, conforme demais especificações constantes deste Anexo I - Termo de Referência.

02. JUSTIFICATIVA

Considerando a probabilidade de acidentes de trânsito e outros sinistros, e considerando as diversas saídas a serviços deste Município, faz-se necessário contratar o serviço de seguro total para os veículos, como forma de reduzir o risco de perda patrimonial.

03. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A contratação deverá atender às seguintes características:

- 3.1.1 As propostas deverão apresentar o prêmio líquido, em real, por veículo;
- 3.1.2 O seguro deverá cobrir o risco dos veículos (casco), consoante o valor estabelecimento no quadro seguinte. O valor do "casco" representa 100% da tabela da FIPE;
- 3.1.3 O contrato deverá contemplar assistência 24 horas por dia e 07 dias por semana para o veículo e seus ocupantes, com cobertura em todo o território nacional. **Distância mínima de 500 km contados a partir do local do evento, que necessite de tal atendimento;**
- 3.1.4 A responsabilidade Civil Facultativa (RCF) deverá ser no valor mínimo, por veículo, de:
 - Danos Corporais: **R\$ 100.000,00 (cem mil reais);**
 - Danos Materiais: **R\$ 100.000,00 (cem mil reais);**
- 3.1.5 Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro;
- 3.1.6 Prazo de cobertura do seguro será para o período de 12 (doze) meses;
- 3.1.7 Deverá ser contemplada a securitização para os casos de roubo, furto, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e pessoais;
- 3.1.8 O seguro deverá ter cobertura de vidros e a franquia deve ser informada na proposta;
- 3.1.8.1 O licitante vencedor de cada item deverá encaminhar junto com a apólice de seguro dados da empresa que procederá a troca de vidros em caso de sinistro;
- 3.1.9 A empresa que fará a troca de vidros deve estar legalmente habilitada para que possa ser emitido empenho estimativo para pagamento da franquia de vidros, caso ocorra a troca desta empresa, o licitante deve imediatamente comunicar ao Município de Cabrobó para elaboração de novo empenho estimativo;
- 3.1.10 O valor da franquia obrigatória deverá ser o da seguradora (100%), em real e por veículo;
- 3.1.11 Todos os veículos abaixo discriminados estão no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco:

ITEM	VEÍCULO/MODELO	MARCA	Placa	Ano Fabricação	Ano Modelo	Tipo Combustível	VALOR DE MERCADO (REF. FIPE - JUL/2018)
01	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte	VOLKSWAGEN	KII-2745	2009	2010	Diesel	R\$ 98.000,00

	escolar – 48 passageiros						
02	Ônibus, VW/15.190 EOD E. S. ORE – Usado – transporte escolar – 59 passageiros	VOLKSWAGEN	NXW-6859	2010	2010	Diesel	R\$ 98.000,00
03	Ônibus, VW/15.190 EOD E. S. ORE – Usado – transporte escolar – 59 passageiros	VOLKSWAGEN	PEM-4085	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
04	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – 48 passageiros	VOLKSWAGEN	PEM-4475	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
05	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – 48 passageiros	VOLKSWAGEN	PEM-4875	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
06	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – 48 passageiros	VOLKSWAGEN	PFI-2580	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
07	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – 48 passageiros	VOLKSWAGEN	PFI-2990	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
08	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – 48 passageiros	VOLKSWAGEN	PFI-4010	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
09	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – 48 passageiros	VOLKSWAGEN	PFI-3514	2011	2011	Diesel	R\$ 110.000,00
10	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola	VOLKSWAGEN	PFT-9388	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
11	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola	VOLKSWAGEN	PFU-0068	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
12	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola	VOLKSWAGEN	PFU-0218	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
13	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola – plataforma elavatória	VOLKSWAGEN	PGB-6605	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
14	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola	VOLKSWAGEN	PGB-6255	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
15	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola	VOLKSWAGEN	PGB-6005	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
16	Ônibus, VW/15.190 EOD E.HD ORE – Usado – transporte escolar – caminho da escola	VOLKSWAGEN	PGB-5305	2012	2013	Diesel	R\$ 187.797,00
17	MICROÔNIBUS MP VOLARE V8 / LOTACÃO (E5) (17) - Usado – transporte escolar – caminho da escola	MARCOPOLO	KIN-9431	2013	2013	Diesel	R\$ 133.012,00
18	MICROÔNIBUS DAILY CITYCLASS 70C17 Usado – transporte escolar – caminho da escola (18)	YVECO	OYS-4813	2013	2013	Diesel	R\$ 108.984,00
19	ÔNIBUS AMARELO OF 1724 - Usado – transporte escolar – caminho da escola (19)	M BENZ	PCZ-7186	2017	2017	Diesel	R\$ 390.000,00

ITEM	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS (DMT) - R\$	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS (DCT) - R\$	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO/MORTE/INVALIDEZ (R\$)	VALOR MAXIMO ADMITIDO (SEGURO) - R\$
01	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.229,16
02	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.229,16
03	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
04	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
05	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
06	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
07	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
08	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
09	100.000,00	100.000,00	10.000,00	4.501,46
10	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
11	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
12	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
13	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
14	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
15	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
16	100.000,00	100.000,00	10.000,00	6.267,00
17	100.000,00	100.000,00	10.000,00	3.863,98
18	100.000,00	100.000,00	10.000,00	3.999,16
19	100.000,00	100.000,00	10.000,00	41.290,98 132991,66

04. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

4.1 Devem estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a execução do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

05. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente certame serão provenientes do Município, conforme a seguinte **Dotação Orçamentária**:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.11.11

PROJETO ATIVIDADE: 2867

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.69

06. DA HABILITAÇÃO

6.1 – De acordo com a Lei 8666/93, 10520/02 e demais normas complementares

Cabrobó (PE), 23 de julho de 2018

Lorena Rodrigues de Novaes Sampaio
Secretária de Educação



MUNICÍPIO DE CABROBÓ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018-PMC
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

AO(À)
PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PREGÃO Nº 032/2018-PMC

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Cabrobó (PE), ___ de _____ de 2018.

Nome do Licitante

MUNICÍPIO DE CABROBÓ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018-PMC
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

AO(À)
PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PREGÃO Nº 032/2018-PMC

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para os fins legais, ser Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

- () – há regularidade fazendária.
() – não há regularidade fazendária.

Cabrobó (PE), __ de _____ de 2018.

Nome do Licitante

MUNICÍPIO DE CABROBÓ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018-PMC
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 032/2018-PMC
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2018-PMC

Contrato, que, entre si, celebram, de um lado, o Município de Cabrobó (PE), e, do outro, _____, na forma abaixo.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CABROBÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça José Caldas, n.º 492, Centro, na Cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ sob o N.º 10.113.710/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **Marcílio Rodrigues Cavalcanti**, brasileiro inscrito no CPF/MF sob o nº 179.758.754-49, portador da Cédula de Identidade nº 1.277.434 - SSP -PE, residente e domiciliada na Cidade de Cabrobó – PE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº __, bairro _____, na cidade de _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, Estado _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, considerando o disposto na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/2002, bem como a homologação do Processo Licitatório nº 049/2018-PMC, Pregão (Presencial) nº 032/2018-PMC, em __ de _____ de 2018, têm, entre si, justo e acordado, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO - O objeto do presente instrumento consiste na contratação da **CONTRATADA** para fazer seguro total no(s) veículo(s) dispostos no(s) item(ns) ____ (____) do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão (Presencial) nº 032/2018, de propriedade do Município de Cabrobó, com assistência 24 horas e vigência de 12 (doze) meses, nos exatos termos da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO - A **CONTRATADA** deverá dar início à execução do objeto deste Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento de cada competente ordem de fornecimento expedida pela Administração Pública.

§ 1º Caso o objeto da entrega/execução esteja de acordo com o pedido, a nota fiscal será atestada.

§ 2º O objeto deverá ser entregue/executado em perfeito estado e com plenas condições de uso/consumo. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de devolver o objeto que não atender ao que ficou estabelecido no Edital ou neste contrato, e/ou que não esteja adequado para o uso/consumo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL - Pelo objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de aproximadamente R\$ _____ (_____), e os valores unitários encontram-se dispostos na proposta da **CONTRATADA**, adjudicada pelo **CONTRATANTE**, bem como na planilha anexa (Anexo I), parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO - O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto contratado, após devidamente atestada a sua conformidade com o discriminado na respectiva Nota Fiscal pelo(a) setor competente, e em consonância com a programação financeira do Município de Cabrobó.

§ 1º O pagamento do fornecimento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recebimento definitivo do objeto, comprovada a manutenção das exigências de habilitação.

§ 2º Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

§ 3º Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

§ 4º Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente contrato serão provenientes do Município, conforme a seguinte **Dotação Orçamentária**:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.11.11

PROJETO ATIVIDADE: 2867

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.69

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - São obrigações da **CONTRATADA**:

I. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento/execução do objeto, tais como:

- salários;
- seguros de acidentes;
- taxas, impostos e contribuições;
- indenizações;
- vales-refeição;
- vales-transporte; e
- outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

II. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega/execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

III. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, quando estes tenham sido ocasionados por empregados credenciados para a entrega/execução do objeto;

IV. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega/execução do objeto;

V. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário;

VI. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - São obrigações do **CONTRATANTE**:

- I. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, conforme estabelecido na cláusula quarta;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto deste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso no fornecimento/na prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não entregues;
- b) pela recusa em realizar o fornecimento/a prestação dos serviços, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do(s) bem(ns);
- c) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas dos produtos fornecidos/nos serviços prestados, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não substituídos/corrigidos;
- d) pela recusa da **CONTRATADA** em corrigir as falhas no fornecimento/na prestação dos serviços, entendendo-se como recusa o fornecimento/serviço não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento/serviço rejeitado;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais 8.666/93 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no presente instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE**, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo Primeiro - Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

Parágrafo Segundo - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à **CONTRATADA** as importâncias alusivas às multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO - Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que cabível à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu artigo 58.

Parágrafo Primeiro - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda assegurado os direitos elencados nos incisos do parágrafo segundo do artigo 79, no que couber.

Parágrafo Segundo - As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital do Pregão (Presencial) nº **032/2018-PMC**, com seus anexos, e a proposta da **CONTRATADA** adjudicada pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

§ 1º – A Prestação dos serviços constantes neste contrato será fiscalizada por servidor ou comissão de servidores designados pela Secretaria, doravante denominados “Fiscalização”, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

§ 2º - À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

I – solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

II – acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;

III – encaminhar à Secretaria de Finanças os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamento;

§ 3º – A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

§ 4º – O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos desse Contrato serão efetuados pelo (a) fiscal _____, **Mat. Nº** _____, de acordo com o que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Aplicar-se-á a Lei N.º 8.666/1993, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente contrato.

§ 1º É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato o foro da Comarca de Cabrobó, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

§ 2º E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à **CONTRATADA**, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Cabrobó (PE), ___ de _____ de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA